



Departamento
de Prospectiva
e Planeamento

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO

PORTUGAL NO CONTEXTO DA UE DINÂMICA DE CONVERGÊNCIA

Documento de Trabalho

**Lisboa
1999**

Ministério do Planeamento

***Departamento de Prospectiva
e Planeamento***

Directora-Geral

Alda de Caetano Carvalho

Subdirectores-Gerais

José Manuel Félix Ribeiro

Manuela Proença

Ficha Técnica

Autor: Direcção de Serviços de
Macroeconomia e Planeamento

Coordenação: Manuela Proença e Emília Castanheira

Equipa técnica: Estela Domingos
Filomena Carvalho
Helena Gonçalves
Luisa Cunha
Madalena Sampayo
Mavilde Modesto
Rui Fernandes

Colaborador externo: Ana Pardal Monteiro

Manuscrito elaborado com informação
disponível até Maio de 1999

Editor: Departamento de Prospectiva e Planeamento

Av. D. Carlos I, 126

1249-073 Lisboa

Fax: (351) 213935208

Telef: (351) 213935200

E-mail: dpp@dpp.pt

Disponível na Internet em www.dpp.pt

Capa: Concepção – PIMC

Impressão – SCARPA

Tratamento editorial, Impressão e Acabamento

Núcleo de Informação e Comunicação

Tiragem: 200 exemplares

1ª edição: Dezembro de 1999

Distribuição: Núcleo de Informação
e Comunicação

ÍNDICE

1. Apresentação	7
2. Introdução	7
3. Evolução Económica e Convergência	8
3.1. Evolução Económica	8
3.2. Convergência Nominal	10
3.3. Convergência Real	11
4. Convergência Estrutural	13
4.1. Dotação/Qualificação de Recursos	13
4.2 Tecido Produtivo	27
4.3 Estrutura da Procura e da Poupança	30
5. Condições de Vida	32

ÍNDICE DE QUADROS

1. Evolução Económica - 1998-1994	8
2. Classificação de Clusters para os Países da UE	9
3. Convergência Nominal	11
4. Indicadores Demográficos	14
5. Indicadores de Educação	16
6. Indicadores de Mercado de Emprego	17
7. Despesa Total em I&D em (%) do PIB e Pessoal Total em I&D em (%) de População Activa	18
8. Recursos Humanos (ETI) e Despesa Total, em I&D, segundo o Sector de Execução	18
9. Financiamento da Despesa em I&D	19
10. Acessibilidades	20
11. Poluição do Ar e Consumo Final de Energia	23
12. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	23
13. Resíduos Sólidos Urbanos	24
14. Resíduos Sólidos - Tratamento e Destino Final	24
15. Dimensão do Mercado e Desenvolvimento da Rede	25
16. Infra-estrutura da Internet	25
17. Preços das Telecomunicações	26
18. Estrutura do VAB	27
19. Produtividade e Remunerações por Sectores, em ppc	29
20. Emprego por Sectores	30
21. Estruturas de Procura	30
22. Estrutura dos Produtos da Construção	31
23. Estrutura da Poupança	32
24. Rendimento Monetário Líquido	34
25. Taxas de Pobreza	34
26. Indicadores de Cultura	35
27. Indicadores de Saúde	36
28. Despesas de Saúde	37
29. Indicadores de Segurança Social	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

1. PIB por Habitante em Portugal, em ppc	11
2. PIB por habitante em Portugal e Regiões, em ppc	11
3. Consumo Privado por Habitante, em Portugal, em ppc	12
4. Produtividade em Portugal e suas Regiões, em ppc	12
5. Remunerações Médias em Portugal e suas Regiões, em ppc	12
6. Estrutura Produtiva	28
7. Estrutura das Despesas de Consumo das Famílias	33

PORTUGAL NO CONTEXTO DA UE – DINÂMICA DE CONVERGÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

No âmbito das actividades da DSMP e, concretamente, no domínio do “Acompanhamento do processo de convergência com a União Europeia e da coesão interna” (A03 do Programa de Actividades de 1999) procedeu-se a uma leitura sintética, mas abrangente da dinâmica de convergência de Portugal e das suas regiões no contexto da União Europeia. Pretende-se neste trabalho traçar uma panorâmica sobre a evolução macroeconómica em Portugal comparativamente à UE e detectar o grau de convergência alcançado quer através dos indicadores clássicos de desempenho quer das respectivas determinantes directas como sejam a dotação de recursos ou de factores que sendo resultantes do nível de desenvolvimento também o condicionam, como a estrutura produtiva e as condições de vida.

A análise estruturou-se em três pontos: Evolução Económica e Convergência; Convergência Estrutural e Condições de Vida. No primeiro capítulo, “Evolução Económica e Convergência”, confrontou-se a evolução da situação macroeconómica em Portugal no período 1998/94 com a da UE, com destaque para os resultados em termos de convergência nominal e convergência real. No segundo capítulo, “Convergência Estrutural” procede-se a uma análise comparativa de aspectos estruturais, a saber, a dotação de recursos – humanos, de infra-estruturas, ambientais e sociedade da informação –, as características da estrutura produtiva, da procura e da poupança. No terceiro capítulo, “Condições de Vida” procede-se a uma apreciação do posicionamento de Portugal e das suas regiões no que se refere aos padrões de consumo, à distribuição de rendimento e pobreza, aos indicadores da área da cultura, da saúde e segurança social.

Este trabalho constituiu um contributo técnico para o Plano de Desenvolvimento Regional 2000–2006 (Capítulo I.1).

2. INTRODUÇÃO

No seio da União Europeia a redução das diferenças de desenvolvimento entre os vários Estados-membros e regiões tem constituído sempre um importante objectivo de política regional, procurando minorar o mais possível o atraso das regiões menos favorecidas.

Desde o início da adesão, que Portugal se defrontou com o importante desafio de se aproximar o mais possível das regiões mais desenvolvidas da Europa comunitária, cuja resposta se tem traduzido num desempenho encorajador. O facto de no conjunto do país existirem assimetrias significativas levou a que, apesar da redução das mesmas, algumas regiões continuem a permanecer a grande distância do nível médio comunitário. Contudo, é de salientar que em Portugal as disparidades

regionais se reduziram a partir da entrada na UE devido, especialmente, a um crescimento mais forte nas regiões mais pobres.

Na presente abordagem procurou apresentar-se uma breve panorâmica sobre a evolução macroeconómica em Portugal comparativamente à EUR15 desde 1993, bem como o grau de convergência alcançado no país e nas várias regiões. Procedeu-se igualmente à apreciação dos diferentes aspectos que justificam desiguais níveis de desenvolvimento económico, como sejam a dotação de recursos e a estrutura produtiva, bem como à análise das condições de vida das populações nas várias regiões do país.

3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E CONVERGÊNCIA

3.1 Evolução Económica

A evolução económica processada entre 1994 e 1998 revela um crescimento mais acentuado em Portugal do que na média da UE na generalidade das variáveis macroeconómicas, tendo-se conseguido importantes ganhos de convergência nominal e de convergência real, embora nesta última vertente a um ritmo mais lento do que o verificado imediatamente após a adesão. O crescimento do PIB, do consumo privado e do investimento ultrapassou, naquele período, o crescimento médio comunitário em, respectivamente, 0,8 p.p., 0,9 p.p. e 4,8 p.p..

Quadro 1
Evolução Económica
1998-1994

	UE15	Portugal
	Taxa média anual (%)	
PIBpm	2,5	3,3
Consumo privado	2,2	3,1
FBCF	3,2	8,0
Produtividade	2,2	1,9
Remuneração (nominal)	2,8	5,7
Remuneração (real) ⁽ⁱ⁾	0,5	1,9

(i) Deflacionada com o índice de preços implícitos no PIB

Fonte: Comissão Europeia, EUROSTAT, INE, DPP

De acordo com os resultados de um estudo da OCDE¹ esta dinâmica de convergência está patente nos progressos do País, quer em termos de desempenho económico² quer em termos do seu posicionamento em relação aos "clusters" de países com níveis de integração mais elevados. Em 1996, Portugal integrou, pela primeira vez desde 1980, um núcleo de países que apresenta um elevado grau de convergência e um desempenho económico positivo.

¹ "Macroeconomic and Structural Policies for a Successful Monetary Union", OCDE, 1999.

² Entre 1990 e 1996, passagem do 9º para o 3º Cluster" (Quadro 1.2)

Quadro 1.2
Classificação de clusters para os Países da UE ⁽¹⁾

Cluster	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1996		Ire	Aus, Ale, Ita, RU, Esp, Portugal	Bel, Din, Fin, Fra, Hol, Sue				Gre		
1995		Ire, Fin	Bel, Fra, Ale, Hol,	Ale, Aus, Esp, RU, Sue	Ita, Portugal			Gre		
1994		Ire, RU, Din	Bel, Fra, Ale, Hol, Fin	Aus, Ita, Sue	Esp, Portugal			Gre		
1993			Din, Ire, Hol	Aus, RU			Ale, Fra, Bel, Fin, Ita, Esp, Sue	Portugal	Gre	
1992		Ire	Hol	Ale, Fra, Aus, Bel, Din	Esp		RU, Fin, Sue	Ita, Portugal	Gre	
1990		Ale, Aus, Ire, Hol		Fra, Bel, Din, Sue	RU, Fin	Esp		Ita	Portugal	Gre
1988		Fra, Bel, RU, Esp, Fin	Ale, Aus, Hol	Din, Ire, Sue	Ita	Portugal			Gre	
1986		Din	Ale, Aus, Fin, Hol	Fra, Bel, RU, Sue	Ita, Esp			Ire	Gre	
1984			Ale, Hol	Aus, Fin, Sue, RU	Bel, Fra	Din		Ita, Esp, Ire	Gre	Portugal
1982				Aus, Fin	RU		Ale, Hol	Fra, Esp, Bel, Sue	Ita, Din, Ire, Gre	Portugal
1980		Fin		Ale, Aus	Hol, Bel			RU, Esp, Din, Sue	Ita, Gre, Ire, Portugal	

(1) Na aplicação da metodologia, fixou-se em 10 o número máximo de grupos. Apesar deste número ser escolhido, em certa medida de forma arbitrária, os resultados não diferem substancialmente se se considerarem 20 grupos. Considerando a escala de 1 a 10, dois "clusters" consecutivos podem considerar-se como muito relacionados. Finalmente, apesar de a ênfase ser posta na convergência mais do que no desempenho, quanto mais próximo do 1º. "cluster" o País se encontrar, melhor será o seu desempenho económico em termos das variáveis consideradas (crescimento do PIB, BTC em % do PIB, crescimento do emprego do sector privado, taxas de juro de longo prazo, saldo do SPA em % do PIB, inflação)

Fonte: OCDE

3.2 Convergência Nominal

Os progressos obtidos no processo de convergência nominal permitiram que Portugal integrasse o conjunto de Estados-membros que participaram na área do euro desde o seu início.

Assim, a evolução das Finanças Públicas apresentou uma trajectória positiva no período compreendido entre 1993 e 1998, registando-se uma melhoria no défice das contas públicas e mesmo a obtenção de excedentes correntes em 1997 e 1998, decorrente não só do contributo de factores conjunturais, mas também da obtenção de ganhos significativos em termos de consolidação orçamental. Estes ganhos permitiram garantir as despesas de investimento público necessárias à correcção de desequilíbrios estruturais e ao processo de convergência real da economia portuguesa. O comportamento favorável das contas públicas, em conjunto com a política de amortização da dívida pública e a descida das taxas de juro, contribuíram para a inversão, em 1996, da trajectória crescente do peso da dívida pública no PIB. Deste modo, em 1997 e 1998, Portugal cumpriu ambos os critérios de convergência relativos às Finanças Públicas, definidos no Tratado de Maastricht, tendo neste último ano o défice público e a dívida pública representado respectivamente 2,3% e 57,8% do PIB³, fixando-se abaixo dos objectivos máximos estabelecidos.

Por seu turno, a evolução da taxa de inflação em Portugal enquadrou-se na estratégia de política monetária que vinha sendo prosseguida, tendo como objectivo a manutenção da estabilidade dos preços na zona euro. O diferencial de crescimento entre a taxa de inflação portuguesa e a da média da EUR15 foi-se reduzindo-se progressivamente e, em 1997, Portugal apresentava uma taxa de inflação, medida pelo índice de preços harmonizado, 0.2 p.p. acima da média da EUR15 (face a 8.2 p.p. em 1990). Em 1998, devido a um comportamento menos favorável da evolução dos preços em Portugal atribuível, fundamentalmente, à aceleração dos preços de alguns bens alimentares mais voláteis, aquele diferencial aumentou, passando para 0.9 p.p.. No entanto, Portugal continuava a cumprir, naquele ano, o critério de estabilidade dos preços definido em Maastricht.

Traduzindo os progressos alcançados na política de consolidação orçamental e nos objectivos de estabilidade cambial e de preços, as taxas de juro apresentaram uma evolução descendente, diminuindo o seu diferencial face à média europeia. Em 1997 e 1998 reforçou-se o processo de aproximação, o qual terá ficado completo naquele último ano. No que respeita às taxas de juro de longo prazo, Portugal apresentou valores abaixo do limite máximo estabelecido para o critério de convergência⁴ desde 1996, registando-se um valor inferior em 1.6 p.p. em 1997 e 1998.

³ O critério de avaliação do grau de convergência respeitante à situação das Finanças Públicas estabelece que a relação entre o défice público e o PIB não deverá exceder os 3% e a relação entre a dívida pública e o PIB deverá revelar uma diminuição regular em direcção ao objectivo máximo de 60%.

⁴ A taxa de juro nominal de longo prazo não deverá exceder em dois pontos percentuais a dos Estados-Membros que apresentam os melhores resultados em termos de estabilidade de preços.

Quadro 3
Convergência Nominal

	UE15		Portugal	
	1993	1998	1993	1998
IPC Harmonizado	3,4	1,3	5,9	2,2
Taxa de Juro de Longo Prazo	7,8	4,9	9,5	5,0
Saldo Global do SPA ⁽ⁱ⁾	-6,1	-1,5	-6,1	-2,3
Dívida Bruta do SPA ⁽ⁱ⁾	65,9	69,7	63,1	57,8

(i) Em % do PIB

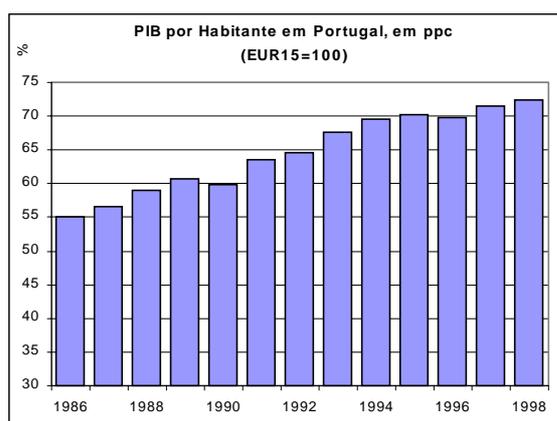
Fonte: CE; INE; MF; DPP

3.3 Convergência Real

Portugal apresentava, no momento de adesão à então Comunidade Económica Europeia, uma situação relativa muito desfavorável, exigindo o processo de convergência real esforços acrescidos e ajustamentos estruturais complexos.

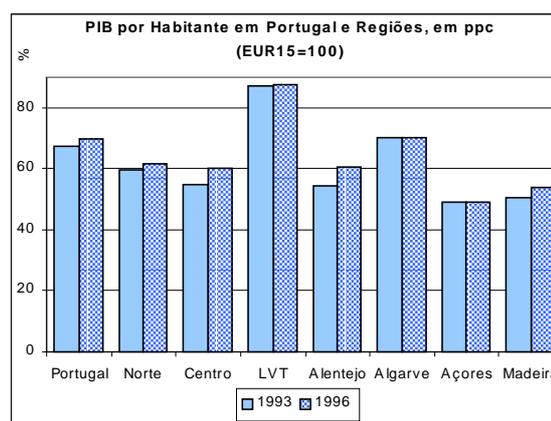
Apesar de uma situação de partida desfavorável, conseguiu-se um importante movimento de convergência real em direcção à Europa Comunitária, representando, em 1998, o PIB per capita de Portugal medido em ppc, 72,5 % da média comunitária (55,1% em 1986), de acordo com os dados da Comissão Europeia. Este mesmo indicador, medido em Ecu, passou de 30,5% para 48,1% no mesmo período. Contudo, Portugal continua a apresentar-se como o Estado-membro, depois da Grécia, que regista dentro da UE o PIB per capita mais baixo. Entre 1994 e 1998 o processo de convergência evoluiu de forma mais moderada do que no período subsequente à adesão.

Gráfico 1



Fonte: INE, DPP, EUROSTAT, CE

Gráfico 2

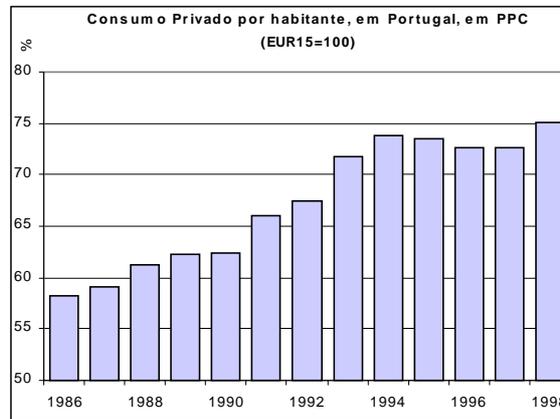


Fonte: INE, DPP, EUROSTAT, CE

O movimento de convergência observado ao nível do País não se processou de forma idêntica em todas as regiões que o constituem, embora entre 1993 e 1996 todas as regiões, à excepção do Algarve, se tenham aproximado da média da UE. As regiões em que o processo de convergência foi mais intenso foram o Centro e o Alentejo, regiões que, em conjunto com as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, apresentam os valores de PIB/capita mais baixo.

Em termos do consumo privado per capita, apesar do ritmo de convergência ter excedido ligeiramente o do PIB, Portugal continua a ocupar a posição mais desfavorável no contexto da UE (75,1% da média comunitária em 1998).

Gráfico 3

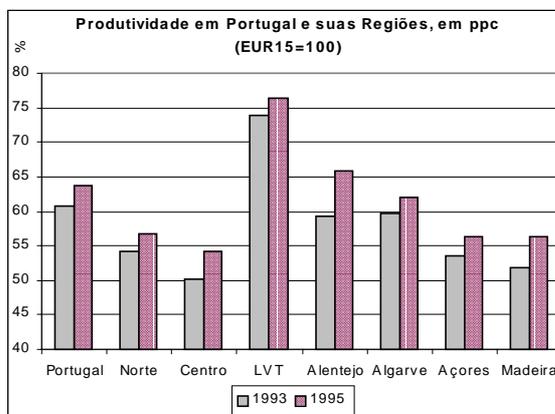


Fonte: INE, DPP, EUROSTAT, CE

No que se refere à produtividade e às remunerações, o afastamento em relação à média comunitária é ainda mais significativo. Com efeito, a produtividade média nacional medida em ppc que, em 1993 representava 60,8% da produtividade média da UE, em 1998 não ultrapassava 63,9% (em Ecu passou de 40,7% para 42,4%). Embora o movimento de convergência das remunerações tenha superado ligeiramente a evolução da produtividade, em 1998 o seu nível médio representava, em ppc, 65% do padrão da UE (61,8 % em 1993).

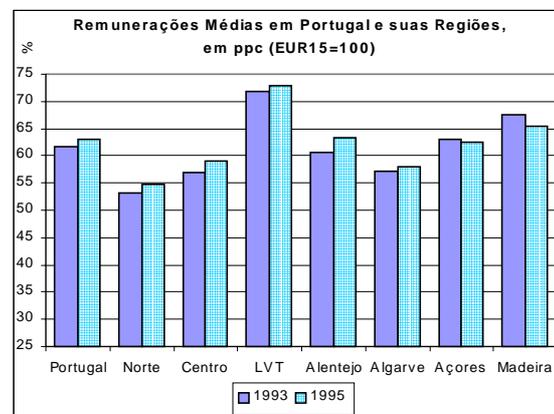
O movimento de aproximação à Europa Comunitária registado na produtividade média do País observou-se também em todas as suas regiões. Entre 1993 e 1995⁵ este processo foi mais acelerado no Alentejo, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. A Região Autónoma da Madeira e a região do Centro detêm os níveis mais baixos de produtividade (na ordem dos 53/54% da produtividade média da Europa dos 15), enquanto a região de Lisboa e Vale do Tejo protagoniza o melhor desempenho do País (77,1% em 1995).

Gráfico 4



Fonte: INE, DPP, EUROSTAT, CE

Gráfico 5



Fonte: INE, DPP, EUROSTAT, CE

⁵ Os últimos valores disponíveis para a produtividade e as remunerações médias por regiões reportam-se a 1995.

À excepção da Região Autónoma da Madeira, as remunerações registaram nesse período um ligeiro movimento de aproximação à média comunitária, o qual foi mais intenso na região Centro. As regiões do Norte e do Algarve apresentam as remunerações médias mais baixas em relação à média da EUR15 (respectivamente 54,7% e 58% em 1995, em ppc).

4. CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL

O posicionamento de Portugal e das suas regiões no contexto da UE, definido sinteticamente pelo Índice de Desenvolvimento Humano ou pelo PIB per capita apreciado a propósito da convergência real, carece de ser complementado por uma análise comparativa de aspectos estruturais, em particular os relacionados com a dotação de recursos – humanos, de infra-estruturas e ambientais – bem como das características da estrutura produtiva, da procura, da poupança e de custos.

4.1 Dotação/Qualificação de Recursos

Demografia e Recursos Humanos

1. Em Portugal, a densidade populacional apresenta uma grande assimetria. Ao lado de regiões com uma elevada densidade populacional como a Região Autónoma da Madeira e as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte com valores acima da média nacional, (108,3 hab/km² em 1997) outras há com uma densidade muito baixa como é o caso das regiões do Alentejo e Algarve (respectivamente 19,2 e 69,5 hab/km²), salientando-se mesmo a diminuição ocorrida entre 1993 e 1997 na primeira destas regiões. Comparativamente com a UE, Portugal apresenta, em média, uma densidade populacional inferior, muito embora as três primeiras regiões referidas se posicionem bastante acima do valor da UE.

Quanto à natalidade, Portugal apresenta em 1997 uma taxa superior à da UE em 0,6 p.p., assim como uma redução inferior à da média comunitária entre 1993 e esse último ano. É nas Regiões Autónomas e no Norte que se encontram valores da taxa de natalidade acima da média nacional, sendo a região do Alentejo a que apresenta o valor mais baixo (-2,4 p.p. face à média nacional).

No que respeita à fecundidade, Portugal não se afasta significativamente da média da UE (com 1,46 filhos por mulher com idades entre os 15 e os 49 anos em 1997). No entanto, a Região Autónoma dos Açores e o Algarve apresentam valores ligeiramente superiores à média do País.

A posição desfavorável da região do Alentejo no que concerne às taxas de natalidade e fecundidade está associada fundamentalmente ao envelhecimento da sua população.

A análise da estrutura etária média da população portuguesa revela que não se afasta muito da da UE, embora a nível regional existam diferenças assinaláveis. Assim, o peso de população jovem (com menos de 14 anos) – que se apresenta em decréscimo, quer em Portugal quer na Europa comunitária – representando na EUR15, em 1997, 17,4% do total da população, regista, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e na região Norte, respectivamente +6,5, +4 e +2 p.p. acima dessa média, enquanto que nas regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo se observa um peso inferior. Quanto ao peso da população idosa (+65 anos) é mais importante na EUR15 (15,6% em 1997) do que em Portugal (14,7%) verificando-se, contudo, valores superiores à média comunitária nas regiões do Alentejo, Algarve e Centro, em respectivamente +5,3, +2,5 e +2,1 p.p.

Quadro 1.4
Indicadores Demográficos

	UE15		Portugal		Norte		Centro		L.V.Tejo		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997
Densidade (hab./Km2)	115,8	117,6	107,5	108,3	164,2	167,0	72,4	72,3	276,3	278,0	19,9	19,2	68,8	69,5	102,4	104,4	326,8	332,0
Taxa de Natalidade(‰)	11,2	10,8*	11,5	11,4	12,8	12,3	10,2	10,2	10,9	11,0	9,0	9,0	11,3	11,0	15,5	14,4	13,7	12,1
Índice Sintético de Fecundidade	1,46	1,44*	1,52	1,46	1,55	1,47	1,44	1,38	1,48	1,48	1,40	1,35	1,67	1,60	2,04	1,81	1,62	1,38
Peso dos jovens (0-14 anos) na população (%)**	17,8	17,4	18,4	17,6	20,4	19,4	17,5	16,6	16,6	15,9	16,1	15,2	16,9	16,5	24,9	23,9	22,6	21,4
Peso da população idosa (65 e + anos) (%)**	15,2	15,6	14,2	14,7	11,9	12,3	17,3	17,7	14	14,7	20,2	20,9	17,9	18,1	12,3	12,2	11,7	12,0
Índice de Dependência de Jovens**	26,5	26,0	27,4	26,0	30,1	28,4	26,8	25,2	24	23,0	25,2	23,8	26	25,1	39,7	37,5	34,3	32,1
Índice de Dependência de Idosos**	22,7	23,3	21,1	21,7	17,6	18,0	26,5	27,0	20,2	21,2	31,8	32,6	27,4	27,7	19,5	19,1	17,8	18,0
Índice de Envelhecimento**	85,5	89,5	77,1	83,5	58,6	63,6	98,8	107,0	84,5	92,1	125,8	137,3	105,6	110,3	49,3	50,9	51,9	55,9
Estrutura das Famílias UE12 (1994) (1)																		
- com uma pessoa	10,3		4,4		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.	
- monoparentais	5,8		6,2		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.	
- casal sem filhos	17,3		11,6		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.	
- casal com filhos	55,2		59,0		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.	
- outras	11,4		18,9		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.		n.d.	
Número médio de pessoas por família – 1994-1995	2,6		3,0		3,2		2,9		2,8		2,7		2,7		3,4		3,4	

(*) Estimativas EUROSTAT

(**) Os valores inscritos na coluna de 1997 referem-se a 1995

(1) Statistiques em Bref 1996-1995

Fonte: EUROSTAT – Statistiques Demographiques 1997; Statistiques en Bref 1998-1999; INE – Estimativas da População Residente n.º 21

Analisando os índices de dependência e de envelhecimento, constata-se que existe uma maior discrepância entre Portugal e a UE no índice de envelhecimento, observando-se valores mais baixos para o País no índice de dependência de idosos e uma equiparação no que respeita ao índice de dependência dos jovens. A nível regional, os valores mais altos do índice de dependência jovem localizam-se nas regiões onde predomina a população mais jovem (Regiões Autónomas e região Norte), enquanto que os índices de dependência de idosos e de envelhecimento são mais elevados nas regiões do Alentejo e Algarve.

A dimensão das famílias em Portugal era, em 1994/95, ligeiramente superior à da UE, respectivamente 3 e 2,6 pessoas/família. Existem, contudo, diferenças a nível regional, apresentando as Regiões Autónomas e a região Norte um valor superior à média nacional, respectivamente 3,4 e 3,2 pessoas por família.

A estrutura das famílias apresenta-se também diferente. Assim, é bastante superior na UE o peso das famílias com um só elemento (mais do dobro do observado em Portugal) e de casais sem filhos, enquanto que é mais elevado em Portugal, o peso das famílias monoparentais e dos casais com filhos. A nível regional, as famílias com uma só pessoa e os casais sem filhos predominam no sul do País; as famílias monoparentais na Região de Lisboa e Vale do Tejo e as famílias com filhos nos Açores e na Região Norte.

2. A situação de Portugal, no que respeita ao nível de instrução da população, apresenta-se a grande distância do nível médio comunitário, evidenciando a população portuguesa um baixo grau de habilitações e de qualificações. Com efeito, 80% dessa população tem como habilitação máxima o nível do ensino básico, valor que supera largamente a média da UE (46%) e os valores observados nos restantes países comunitários. Também a nível do ensino secundário a desproporção é elevada, com um baixo peso de população em Portugal com esse nível de habilitações, apenas 9% em 1996, face a 41% na média comunitária. A nível do ensino superior a desproporção pode considerar-se de menor dimensão (10% em Portugal e 18% na média de 14 países comunitários). No entanto, entre 1993 e 1996 verificou-se uma evolução positiva dos níveis de habilitações da população.

Assim, e não obstante os progressos verificados, Portugal continua a apresentar uma taxa de analfabetismo elevada (10,4% em 1996) quando comparada com um conjunto de países comunitários para os quais se dispõe de elementos, superando em 7,1 p.p. o valor da Grécia que se apresenta como o país com o valor mais próximo do nacional.

A nível regional, observa-se que é a região do Alentejo a que apresenta maior taxa de analfabetismo (20,9%) muito embora as regiões Centro e Algarve apresentem também valores elevados (14,5 e 14,8% respectivamente), enquanto a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta a taxa mais baixa (6,7%).

A idade de conclusão da escolaridade obrigatória é, em Portugal, de 14 anos, sendo o País que, a par com a Itália, apresenta o período menos prolongado de escolaridade obrigatória.

As taxas de pré-escolarização no ano lectivo 1994/95 eram, em Portugal, mais baixas do que a média da UE em -13, -30 e -28 p.p. respectivamente para os 3, 4 e 5 anos de idade. Nos últimos anos registou-se uma melhoria significativa nos níveis de pré-escolarização, cujas taxas atingiram, respectivamente, 48, 59 e 64%, no ano lectivo 1996/97.

Identificam-se, contudo, a nível regional, algumas assimetrias, apresentando a região do Alentejo taxas de escolarização mais altas, devido em grande parte à fraca densidade populacional dessa região.

Quadro 5
Indicadores de Educação

	UE		Portugal	
	1994	1996	1994	1996
Nível de instrução da população adulta (25-64 anos) (%)				
Com o ensino secundário ⁽ⁱ⁾	45	41	8	9
Com o ensino superior	19	18	10	10
População com pelo menos o ensino secundário por grupos etários (45-54) (%)	54	55	15	15
Taxa de analfabetismo (%)	2	1,7	10,4	10,4
Taxas de escolarização (15-19 anos) (%) ⁽ⁱⁱ⁾	80		66,6	
Idade de conclusão da escolaridade obrigatória	16	16	14	14
Taxas de pré-escolarização (%) ⁽ⁱⁱ⁾	1994/95		1994/95	1996/97
3 anos	55	-	42	48
4 anos	85	-	55	59
5 anos	91	-	63	64

(i) Corresponde, em todos os países, ao grau que antecede o ensino superior. No caso português, à conclusão do 12º ano de escolaridade

(ii) 1994/95 (EUROSTAT)

Nota: Os valores apresentados foram ponderados com a população dos grupos etários seleccionados

Fonte: OCDE

3. Também o emprego se apresenta marcado pelo elevado peso dos baixos níveis de habilitações, em resultado de défices acumulados na escolarização da população, conforme desenvolvido no ponto sobre Mercado de Emprego.

Comparando a estrutura do emprego por níveis de habilitação em Portugal e na média da UE constata-se que, muito embora se tenha registado uma evolução favorável entre 1993 e 1997, a população empregada apresenta desníveis do mesmo tipo dos já assinalados para a população total.

Quadro 6

Indicadores do Mercado de Emprego

	UE 15		Portugal		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		R.A.Açores		R.A.Madeira		
	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	
Taxa de Emprego (15 e + anos) (%)	(b)																		
Total	49,2	49,4	55,1	53,8	56,1	54,0	56,2	61,4	55,5	52,1	46,6	45,2	51,5	47,2	50,7	48,1	56,6	52,2	
Masculina	60,7	59,5	65,2	62,8	66,3	62,6	66,8	70,0	64,3	60,8	59,1	56,6	61,8	57,2	69,3	64,9	66,4	62,5	
Feminina	38,6	39,9	46,1	45,7	46,9	46,4	46,7	53,8	47,7	44,3	35,0	34,6	42,2	37,5	32,6	32,8	47,9	43,9	
Taxa de Desemprego (%)																			
Total	10,6	10,8	5,5	6,8	4,8	6,8	3,7	3,5	6,5	7,8	9,6	11,0	5,7	7,8	4,8	5,3	3,9	5,2	
Masculina	9,5	9,6	4,6	6,1	4,0	6,8	2,7	3,2	6,0	6,6	7,1	7,3	5,2	6,8	2,4	2,8	3,4	5,0	
Feminina	12,2	12,4	6,5	7,6	5,9	6,8	4,9	3,9	7,1	9,2	13,3	16,1	6,3	9,2	9,3	9,3	4,5	5,3	
Juvenil	20,8	21,2	12,6	14,9	9,2	12,4	9,2	11,8	18,0	16,9	22,9	26,1	14,6	17,9	10,5	16,0	11,1	13,2	
Peso do desemprego de longa duração no total do desemprego (%) ^(a)	44,0	49,0	36,1	50,4	37,8	52,7	39,7	43,3	34,2	52,7	40,0	37,8	23,6	46,7	35,6	58,8	31,9	54,2	
Emprego por níveis de habilitação (25-59-anos) (%)	(b)																		
Menos que o secundário	39,6	34,5	76,9	75,5	79,8	78,2	81,7	82,0	69,2	66,7	86,3	83,3	83,7	83,1	80,0	80,9	90,4	84,0	
Secundário	36,0	42,1	9,5	10,7	7,6	9,3	6,1	6,7	13,5	14,8	5,9	6,6	7,9	10,1	10,3	10,3	6,2	9,7	
Superior	24,4	23,4	13,6	13,9	12,6	12,5	12,2	11,3	17,3	18,5	7,6	10,2	8,5	6,7	10,8	8,7	3,4	6,3	

(a) Desemprego igual ou superior a 1 ano

(b) UE12

Fonte: INE; EUROSTAT

Desta comparação decorre necessariamente que o País tem um longo caminho a percorrer no que se refere aos níveis de instrução, de qualificação e de formação ao longo da vida, para que possa posicionar-se a par dos seus parceiros europeus e dispor de uma mão-de-obra capaz de enfrentar as grandes mudanças tecnológicas que estão a ocorrer.

Ciência e Tecnologia

Em Portugal, não obstante a evolução positiva registada em 1997, as actividades científicas e tecnológicas têm assumido um significado muito reduzido face à média da União Europeia. Naquele ano, os gastos totais em actividades de I&D em percentagem do PIB (0,68%) bem como o total de efectivos no conjunto da população activa (3,7 ‰) representavam menos de metade do esforço europeu, que atingiu um dispêndio de 1,89% do PIB e ocupava 9,4 ‰ da população activa comunitária.

Quadro 7
Despesa Total em I&D em (%) do PIB e
Pessoal Total em I&D em (%) de População Activa

	1992		1997	
	Despesa em I&D	Recursos Humanos	Despesa em I&D	Recursos Humanos
UE15* ⁽ⁱ⁾	1,97	9,3	1,89	9,4
PORTUGAL	0,63	2,8	0,68	3,7
Norte	0,46	1,7	0,42	-
Centro	0,66	2,0	0,68	-
Lisboa e Vale do Tejo	0,88	5,0	0,86	-
Alentejo	0,46	1,5	0,43	-
Algarve	0,14	0,7	0,30	-
R.A. Açores	0,35	1,9	0,80	-
R.A. Madeira	0,12	0,5	0,54	-

*não inclui o Luxemburgo

(i) O valor da UE15 reporta-se a 1996

Nota: Os valores da despesa em 1997, NUTS II, foram calculados no DPP

Fonte: EUROSTAT; Observatório das Ciências e Tecnologias; INE; OCDE

Quadro 8
Recursos Humanos (ETI) e Despesa Total, em I&D, segundo o Sector de Execução

	1992								1995							
	Recursos Humanos				Despesa				Recursos Humanos				Despesa			
	Estado	Empresas	Ensino Superior	IPs/FL	Estado	Empresas	Ensino Superior	IPs/FL	Estado	Empresas	Ensino Superior	IPs/FL	Estado	Empresas	Ensino Superior	IPs/FL
UE-15 ⁽ⁱ⁾	17,2	55,3	26,2	1,3	16,4	63,1	19,6	1,0	16,8	53,1	28,7	1,4	16,2	62,1	20,8	0,9
Portugal	29,4	14,0	46,5	10,1	22,1	21,7	43,0	13,1	30,8	11,4	37,9	19,9	26,7	19,8	33,7	19,7
Norte	4,2	21,1	57,5	17,2	2,7	25,0	48,2	24,1	11,0	18,4	42,5	28,1	9,4	22,3	40,8	27,4
Centro	3,2	13,9	76,0	6,8	1,0	25,6	65,6	7,7	7,2	12,8	55,3	24,7	3,6	30,1	48,0	18,3
L. V. Tejo	43,2	12,1	35,5	9,1	34,8	18,8	35,3	11,1	43,1	9,3	30,0	17,6	38,2	17,8	25,7	18,3
Alentejo	22,5	14,4	61,7	1,5	8,9	51,0	39,5	0,6	23,5	6,7	63,1	6,6	15,4	19,3	58,1	7,2
Algarve	12,4	0,0	87,6	0,0	12,6	0,0	87,4	0,0	27,7	0,6	67,8	3,9	19,0	1,1	76,5	3,4
R.A.Açores	55,4	0,0	40,0	4,6	40,9	0,0	30,7	28,4	27,4	0,1	66,1	6,4	26,7	1,2	59,8	12,3
R.A.Madeira	70,6	0,0	29,4	0,0	53,9	0,0	46,1	0,0	84,4	2,4	12,2	1,0	64,7	2,7	12,6	19,9

ETI = Equivalente a tempo integral

(i) valor estimado

Fonte: JNICT; Observatório das Ciências e Tecnologias; OCDE

Em termos espaciais verifica-se que as actividades de I&D se encontram muito polarizadas na região de Lisboa e Vale do Tejo tanto ao nível da despesa como dos recursos humanos. Não obstante a distribuição espacial do esforço em I&D ser bastante assimétrica, o hiato face à média europeia é ainda muito grande, registando a região de Lisboa e Vale do Tejo valores (0,86% do PIB em 1997) que se situam em cerca de 50% dos da União Europeia.

Assim, apesar da evolução positiva observada, verifica-se que seria necessário mais do que duplicar o esforço nacional em actividades de I&D para o País atingir a média europeia nos indicadores considerados.

O número de investigadores na população activa (em per milagem) tem vindo a evoluir de uma forma positiva, nos últimos anos, colocando o País numa posição mais favorável face à média europeia, embora o valor (2,4) em 1995 representasse apenas metade da média dos países da União Europeia (4,9).

A análise dos recursos humanos em I&D, segundo o sector de execução, revela o fraco peso da I&D no sector produtivo, situação que se tem vindo a agravar nos últimos anos (14% em 1992, 11% em 1997), contrariamente ao que sucede na União Europeia em que o sector Empresas absorve mais de metade dos recursos humanos em I&D (53,1% em 1995). Os sectores Estado e Ensino Superior, no seu conjunto, assimilam mais de 70% destes recursos, sendo o Ensino Superior o que apresenta maior peso relativo. Este facto poderá conduzir a uma ênfase excessiva na investigação académica e a uma maior dificuldade de interacção com o sector produtivo.

A nível regional coexistem diferentes situações, sendo de salientar um peso relativamente mais importante que o da média nacional de recursos humanos nas Empresas na região Norte (18,4% em 1995) embora continuando a ser predominante o peso no ensino superior.

Verifica-se também uma grande concentração dos recursos financeiros nos sectores Estado e Ensino Superior, absorvendo os dois sectores, em 1997, 64% da despesa em I&D, cabendo ao sector Empresas 21,9%. Este comportamento distancia-se visivelmente do registado no seio da União Europeia onde os valores da despesa executada pelo sector Empresas se situam acima dos 60%.

Quadro 9

Financiamento da Despesa em I&D

	UE15 ⁽ⁱ⁾		Portugal	
	1992	1997(%) ⁽ⁱⁱ⁾	1992	1997(%)
Estado	39,8	38,2	59,4	68,5
Empresas	53,0	53,1	20,2	21,0
Outras Fontes Nacionais	1,5	1,8	5,4	4,4
Estrangeiro	5,7	7,0	14,9	6,1

(i) Valor estimado

(ii) Estes valores reportam-se a 1996 - dados provisórios

Fonte: JNICT; Observatório das Ciências e Tecnologias; OCDE

O financiamento público da despesa em I&D embora tenha um impacto muito significativo nas actividades científicas e tecnológicas desenvolvidas no País (em 1997, 68,5% das despesas em I&D foram cobertas por fundos públicos) não deixa de ser um reflexo da fraca participação das empresas no processo de desenvolvimento tecnológico. Este comportamento afasta-se do observado na União Europeia onde a comparticipação do sector Empresas é superior a 50%.

Infra-estruturas

O investimento em infra-estruturas de transportes absorve em Portugal, uma percentagem do investimento total superior à média europeia. Com efeito, o investimento neste tipo de infra-estruturas representa em Portugal 6,9% do total em 1994 (7,3% em 1997) face a 5,8% no conjunto dos 15 países da União Europeia.

Este esforço de investimento é plenamente justificado pela distância a que o País se encontra da densidade média de infra-estruturas na União Europeia, designadamente ao nível das infra-estruturas básicas.

Em Portugal o investimento em infra-estruturas é particularmente dirigido às de transporte rodoviário, embora no período de 1994 a 1997 a evolução das despesas na ferrovia (+87%) tenha verificado um ritmo muito superior ao dos outros modos transporte no sentido de afirmar a ferrovia como meio alternativo e/ou complementar.

Quadro 10
Acessibilidades

	União Europeia		Portugal	
	1994	1996	1994	1997
Densidade ferroviária por c/1000 Km ²	48,3	48,4	33,4	33,1
% de rede ferroviária electrificada	n.d	47,0	15,0	24,1
Densidade de auto-estradas por c/1000 Km ²	13,6	14,3	6,4	8,7
Despesas de infra-estruturas em % do investimento total	5,8	n.d	6,9	7,3
Repartição dos passageiros-Kms transportados por modo de transporte				
por estrada	93,7	93,8	95,3	96,4 ⁽ⁱ⁾
por ferrovia	6,3	6,2	4,7	3,6 ⁽ⁱ⁾

(i) 1996

Fonte: INE; EUROSTAT

Ferrovia

No que se refere à ferrovia, em 1997, por cada mil Kms de área, eram explorados 33,1 Kms de rede ferroviária em Portugal, quando na Europa o mesmo indicador era, em 1996, de 48,4 Kms. A par da desactivação de algumas das linhas existentes, em consonância com a perda de importância do transporte ferroviário de passageiros (passou-se de 4,7% dos passageiros transportados por via terrestre em 1994, para 3,6% em 1996), tem-se verificado uma evolução qualitativa considerável na electrificação das linhas exploradas, passando-se de 15% de rede electrificada em 1994 para 24,1% em 1997, o que, no entanto, compara com uma percentagem de 47% na União Europeia, em 1996.

Em Portugal, o transporte de passageiros por ferrovia é relativamente menos relevante do que na União Europeia e tem vindo a perder importância, ao contrário do que se verifica na generalidade dos países membros.

A parcela de carga expressa em toneladas/Kms transportadas por ferrovia, tem também uma expressão relativamente menor em Portugal (9,7%) do que na média europeia (13,9%).

É a região do Alentejo que faz uma utilização mais intensiva do meio de transporte ferroviário, já que transporta por esta via 38% do total de carga ferroviária intra e inter regional. Segue-se a região de Lisboa onde são carregadas 36% do total, sendo no Algarve que ocorre o menor fluxo de carga transportada por esta via para a própria região e para o resto do País. Os fluxos mais intensos ocorrem do Alentejo para Lisboa (26,1% do total) e de Lisboa para o Norte (17,7% do total).

O principal destino das mercadorias transportadas por esta via é a região de Lisboa e Vale do Tejo para onde seguem 37,5% do total do tráfego ferroviário nacional, seguido da região Norte com 34,5%.

Rodovia

No que se refere à rede de estradas existentes, tem-se vindo a completar a rede rodoviária fundamental, verificando-se uma intensificação na dotação de infra-estruturas rodoviárias entre 1994 e 1997 com a construção de 132 novos Kms.

Registam-se, no entanto, significativas diferenças regionais, sendo a região de Lisboa e Vale do Tejo aquela que, em 1997, apresenta a melhor relação de kms por área (167,9), seguida da região Norte (140,4) e Centro (111), e a grande distância do Alentejo (66,5) e Algarve (74,6).

No que se refere à rede de auto-estradas, Portugal situa-se, bastante aquém dos níveis europeus, com apenas 8,7 Kms de auto-estradas por cada 1000 kms² em 1997, face a 14,3 no conjunto da Europa dos 15, em 1996. Entre 1994 e 1997, foram construídos 218 novos kms de auto-estrada, verificando-se um ritmo de crescimento bastante superior ao da média comunitária.

Apesar da crescente importância que o transporte rodoviário de passageiros tem vindo a assumir, Portugal apresentava em 1996, uma das menores taxa de motorização europeia (277 carros por 1000 habitantes), apenas superior à da Grécia e da Irlanda e bastante aquém da média na União Europeia (443 carros por 1000 habitantes).

O tráfego de mercadorias (nacional e internacional) é também, feito predominantemente por rodovia, à semelhança do que acontece nos outros países da União, embora este modo de transporte seja relativamente mais utilizado no País que no conjunto europeu.

Com efeito, segundo dados da DG VII, Eurostat, em 1996, 90,3% das toneladas/kms transportadas são-no por este meio, enquanto na Europa dos 15 essa percentagem é de apenas 73,5%.

Transporte Marítimo

No que se refere às principais infra-estruturas portuárias/marítimas (Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines), têm ocorrido investimentos de ampliação, ligação rodo-ferroviária e melhoria de acessos, potenciando as boas condições de localização dos portos portugueses integrados na fachada atlântica.

O transporte marítimo assume particular importância nas trocas comerciais com o exterior embora tenha vindo a perder importância relativa, assegurando em 1997, 71% do total do tráfego internacional quando em 1994 assegurava 77%. Se porém se considerar o tráfego internacional em termos de valor, a importância relativa deste meio de transporte é consideravelmente inferior, assegurando em média 29% do valor das mercadorias transportadas.

Em contrapartida o transporte rodoviário tem vindo a assumir um peso crescente, colocando com maior acuidade a necessidade de coordenação de infra-estruturas com outros países, nomeadamente no que às redes transeuropeias diz respeito. Com efeito, o tráfego internacional de mercadorias por meio rodoviário expresso, respectivamente, em toneladas e valor, passou de 22% e 61% em 1994, para 28% e 63% em 1997.

Transporte Aéreo

No que se refere aos aeroportos nacionais, continua a verificar-se o aumento do número de passageiros transportados, que passou de 13,2 milhões de passageiros em 1994 para 15,2 em 1997.

Assim, a par de obras de ampliação e remodelação, tem-se investido na melhoria dos seus serviços visando dotar os aeroportos nacionais de melhores condições de operacionalidade.

Ambiente⁶

As emissões de dióxido de carbono (CO₂), provenientes principalmente da combustão de combustíveis fósseis, classificam-se entre as que contribuem para o chamado efeito de estufa e causa do aquecimento do clima da terra. Em Portugal, as emissões de CO₂ per capita (4,5 t/hab em 1994) têm-se situado em valores que são cerca de metade dos da média europeia (8,4 t/hab). Também as emissões de outros gases (kg/hab), igualmente responsáveis pelo efeito de estufa e poluentes da atmosfera, como sejam os óxidos de enxofre (SO_x) e os óxidos de azoto (NO_x), se encontram em Portugal abaixo dos níveis médios da UE. Os valores do monóxido de carbono e das partículas em suspensão têm evoluído de uma forma favorável. Tendo em consideração os poluentes atmosféricos referidos, pode afirmar-se que a qualidade do ar em Portugal é boa.

Da Convenção Quadro sobre as Alterações Climáticas, emanada da Conferência do Rio, e do Protocolo de Quioto (Dezembro de 1997), resulta o compromisso dos países industrializados reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa. Portugal, como País membro da UE, está igualmente obrigado a controlar as emissões destes gases embora, atendendo aos actuais baixos níveis e ao estado de desenvolvimento socioeconómico, aquelas ainda possam vir a aumentar.

Os consumos finais de energia por habitante, em Portugal, são baixos correspondendo a cerca de metade da média europeia.

⁶ Atendendo à dificuldade de apuramento de informação estatística para a UE, considerou-se para efeitos de comparações com a situação em Portugal o conjunto de países da UE para os quais se dispunha de informação.

Quadro 11

Poluição do Ar e Consumo Final de Energia

	UE		Portugal	
	1992	1994	1992	1994
Emissões de CO ₂ (t/hab)	8,6	8,1	4,5	4,5
Emissões de SO ₂ (Kg/hab) ⁽ⁱ⁾	37	30	35	26
Emissões de NO ₂ (Kg/hab) ⁽ⁱⁱ⁾	34	32	25	26
Consumo final de energia (Kg ep/hab)	2391	2388	1257	1323

(i) UE92=(Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Holanda, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia, Reino Unido)

(ii) UE94=(Bélgica Dinamarca, Alemanha, França, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia, Reino Unido)

Fonte: EUROSTAT

O acesso ao abastecimento domiciliário de água tem vindo a evoluir favoravelmente nos últimos anos. Em 1997, 86% da população tinha abastecimento domiciliário de água, verificando-se, todavia, disparidades regionais significativas: a região de Lisboa e Vale do Tejo com 98% do volume de água para abastecimento tratado, face a 71% na região Norte e a 88% no Algarve.

Um outro indicador do nível de atendimento de saneamento básico é o da percentagem de população servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais. Em 1990, apenas 55% da população portuguesa era servida por sistemas de drenagem e 21% por sistemas de tratamento de águas residuais, afastando-se significativamente da média europeia que se situava, respectivamente, em 82,9% e 68,5%, nesse mesmo ano. Em 1997, não obstante a melhoria registada, aqueles valores estavam ainda aquém do nível de atendimento médio europeu. A média nacional cifrava-se em 68% no que respeitava a drenagem e em 40% relativamente ao tratamento de águas residuais, observando-se grandes disparidades regionais.

Quadro 12

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

	(%)													
	UE				Portugal									
	1990	1993	Total		Norte		Centro		L.V.Tejo		Alentejo		Algarve	
1990	1993	1990	1997	1990	1997	1990	1997	1990	1997	1990	1997	1990	1997	
Drenagem ⁽ⁱ⁾	82,9		55	68	36	51	39	54	79	86	69	84	76	81
Tratamento ⁽ⁱⁱ⁾	68,5	79,1	21	40	11	24	18	36	26	53	32	59	37	64

(i) UE90=estimativa do EUROSTAT

(ii) UE93=(Dinamarca, Grécia, Irlanda, Holanda, Áustria, Finlândia, Reino Unido)

Fonte: EUROSTAT; DGA

A produção de resíduos sólidos urbanos por habitante é um indicador importante do impacto da actividade humana sobre o ambiente. Os níveis atingidos estão associados nomeadamente aos níveis de rendimento, razão pela qual Portugal apresenta uma capitação inferior (398 kg/hab. em 1996) à média europeia (424 kg/hab. em 1994).

Quadro 13
Resíduos Sólidos Urbanos

	UE		Portugal	
	1992 ⁽ⁱ⁾	1994 ⁽ⁱⁱ⁾	1992	1996
Resíduos Sólidos Urbanos (kg/hab.)	423	424	332	398

(i) UE92=Bélgica, Grécia, Espanha, França, Luxemburgo, Áustria, Portugal

(ii) UE94=Bélgica, Dinamarca, Espanha, Holanda, Portugal, Finlândia, Suécia

Fonte: EUROSTAT; INE

A percentagem de população abrangida por serviços de recolha de resíduos sólidos é elevada, cifrando-se num nível de atendimento de 98 % em 1997. Quanto à distribuição espacial deste tipo de serviços, regista-se um nível de atendimento elevado em todo o território, não havendo variações significativas entre as regiões.

Quadro 14
Resíduos Sólidos – Tratamento e Destino Final ⁽ⁱ⁾

	UE		Portugal	
	1992	1997	1992	1997
Compostagem	7,9	5,0		
Incineração	20,2			
Aterro	66,2	43,0		
Reciclagem	2,4			
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	3,3	52,0		

(i) UE=Grécia, Espanha, França, Portugal

(ii) Para Portugal o valor refere-se a lixeiras

Fonte: EUROSTAT; DGA

Quanto ao tratamento e destino final dos resíduos sólidos, verifica-se que, em 1997, apenas 48% dos resíduos produzidos no Continente tiveram um tratamento adequado, ou seja, tratamento por compostagem e envio para aterro; os restantes 52% tiveram como destino as lixeiras.

Por sua vez registam-se níveis de atendimento baixos, no que se refere ao tratamento e destino final dos resíduos, cifrando-se a média nacional (Continente) em 24%, em 1997. Verificam-se desigualdades significativas entre as regiões, ou seja, a região de Lisboa e Vale do Tejo tinha um nível de atendimento de 66% face aos 14% e 15% das regiões do Alentejo e do Centro, respectivamente.

A análise da estrutura de ocupação dos solos revela que, em 1996, a maior parcela se destinava a actividades agrícolas (39,1%), seguida da ocupação florestal (35,4%), sendo apenas 8,7% da área do território nacional utilizada para fins urbanos. Existem algumas disparidades a nível regional.

Sociedade da Informação

A expansão/melhoria progressiva das infra-estruturas de telecomunicações é uma condição necessária, embora não suficiente, ao desenvolvimento da chamada Sociedade da Informação.

A dimensão das comunicações internacionais aferida, nomeadamente, pelo volume de tráfego internacional de saída e de entrada revela que Portugal se encontrava em 1997 aquém da média da União Europeia, registando-se 40,11 minutos de tráfego internacional de saída per capita face a 65,66 na União Europeia.

Quadro 15

Dimensão do Mercado e Desenvolvimento da Rede

	UE		Portugal	
	1995	1997	1995	1997
Tráfego internacional telecomunicações (Mtti de saída per capita) ⁽ⁱ⁾	-	65,66	-	40,11
Linhas de acesso de telecomunicações por 100 hab.	49,2	51,6	37,1	40,8
Subscritores de celulares móveis por 100 hab.	5,9	14,0	3,5	15,4
Digitalização				
Rede fixa (% linhas de acesso digitais)	71,24	92,96	70,00	88,30

(i) Mtti=minutos de tráfego de telecomunicações internacionais

Fonte: OCDE/Communications Outlook

O nível de penetração da rede pública de telecomunicações de comutação medido pelo número de linhas de acesso por 100 habitantes indicava que Portugal naquele ano e não obstante o esforço que tem vindo a ser feito nos últimos anos, se encontrava ainda num nível inferior ao da União Europeia, com 40,8 linhas/100 habitantes (51,6 na UE).

Quadro 16

Infra-estrutura da Internet

	UE		Portugal	
	Jan/98	Jul/98	Jan/98	Jul/98
"Hosts" sob domínio por 1000 hab.	11,6	14,4	4,0	4,6
"Web servers" sob domínio por 1000 hab.	0,84	1,16	0,44	0,50
	Set/97	Ag/98	Set/97	Ag/98
"Secure web servers" para comércio electrónico por 100 000 hab.	0,27	0,76	0,16	0,32

Fonte: OCDE/Communications Outlook

A actividade dos serviços móveis tem vindo a caracterizar-se por taxas de crescimento elevadas, nomeadamente quanto ao parque de terminais celulares; em 1997, o número de subscritores de celulares móveis por 100 habitantes era já superior à média europeia.

Na digitalização da rede fixa (substituição de equipamento de comutação analógico por digital) vem-se assistindo a um significativo esforço de modernização da rede de telecomunicações de que resultam

custos de manutenção mais baixos, assim como oferta de novos serviços e aumento da qualidade do serviço prestado. Em 1997, a taxa de digitalização da rede fixa cifrava-se em 88,3%, ainda aquém da média europeia, (93%).

A infra-estrutura da Internet, não obstante o desenvolvimento acelerado que se vem verificando, encontra-se ainda distanciada da média da União Europeia.

Assim, em Julho de 1998 o número de “hosts”⁷ por 1000 habitantes, em Portugal era cerca de 30% da média da União Europeia.

Em Portugal, o número de “web servers” por 1000 habitantes, em Julho do mesmo ano, era de 0,5 representando menos de metade da média europeia que se cifrava em 1,16.

O número de “secure web servers” para comércio electrónico tem vindo a aumentar rapidamente em Portugal, tendo duplicado no período Setembro 97/Agosto 98, encontrando-se, no entanto, ainda a 58% da média da UE.

Os preços praticados em Portugal na área das telecomunicações são superiores aos da média europeia, onerando significativamente os consumidores nacionais e constituindo um entrave à democratização do acesso à Internet.

No entanto os preços de acesso à Internet têm vindo a diminuir devido à enorme competição que existe no mercado.

Quadro 17

Preços das Telecomunicações

	UE			Portugal		
	1996	1998		1996	1998	
Preços de colecta (US\$)						
(média de um minuto de pico) ⁽ⁱ⁾	0,80	0,57		0,97	0,72	
	Ag/98			Ag/98		
	Tarifa fixa	Tarifa de uso	Tarifa total	Tarifa fixa	Tarifa de uso	Tarifa total
Cabaz de preços de chamadas telefónicas comerciais, internacionais e nacionais (US\$ PPP) (despesa média anual de um utilizador comercial, excluindo imposto)	171,59	879,53	1051,13	189,75	1487,52	1677,28
Cabaz de preços de chamadas telefónicas residenciais, internacionais e nacionais (US\$ PPP) (despesa média anual de um utilizador residencial, incluindo imposto)	185,12	295,36	480,47	222,01	490,80	712,81

(i) A média da tarifa de um minuto baseia-se em (1 minuto inicial+3 minutos adicionais)/4

Fonte: OCDE/Communications Outlook

⁷ Define-se um Internet host como o nome de um domínio que tem associado um registo de endereço IP (Internet Protocol), ou seja qualquer sistema de computadores ligado à Internet (através de ligações directas ou telefónicas, a tempo inteiro ou parcial). Os endereços IP são os números utilizados para identificar computadores, ou outros dispositivos, numa rede TCP/IP (Transfer Control Protocol/IP).

Os dados referentes ao número de “hosts” não indicam o número total de utilizadores que podem aceder à Internet.

4.2 Tecido Produtivo

Estrutura Produtiva

A apreciação da estrutura produtiva nacional relativamente à estrutura média da UE revela que, após um período de clara convergência (1985-1991), estabilizou a tendência de aproximação que se vinha observando, tendo-se mantido idênticos entre 1993 e 1995⁸ os pesos relativos dos grandes sectores de actividade. Assim, destaca-se na estrutura da economia portuguesa o predomínio do sector terciário (63% do VAB), embora representando um peso inferior ao observado na UE (66%), enquanto os sectores primário e secundário assumem maior expressão em Portugal.

Os dados relativos a 1996 (INE) revelam uma pequena redução do peso do sector terciário na estrutura da economia portuguesa (62% do VAB total), enquanto se mantém inalterado o peso do sector primário. Em contrapartida, a importância do sector secundário aumentou ligeiramente (de 33% para 34%), podendo este acréscimo estar associado à dinâmica das exportações industriais num contexto de reestruturação deste sector e maior importância de novas produções industriais, nomeadamente fabricação de automóveis.

Quadro 18
Estrutura do VAB

	UE15		Portugal		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		R.A.Açores		R.A.Madeira	
	1993	1995	1993	1996	1993	1996	1993	1996	1993	1996	1993	1996	1993	1996	1993	1996	1993	1996
VAB	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Sector Primário	2,4	2,3	3,8	4,1	2,9	3,2	6,6	6,7	2,1	2,5	13,4	12,7	7,4	7,0	12,0	11,6	4,1	4,1
Sector Secundário	31,4	31,3	33,3	33,9	44,2	44,0	35,8	37,9	26,5	28,1	30,4	32,6	13,4	14,3	18,6	19,6	18,6	18,2
Sector Terciário	66,3	66,4	62,9	61,9	52,9	52,8	57,6	55,4	71,4	69,4	56,2	54,7	79,2	78,7	69,4	68,9	77,3	77,7

Fonte: EUROSTAT, INE, DPP

Ao nível das NUTS II, destaca-se pela sua importância o peso do sector secundário na região Norte (44% do VAB em 1996, 10 p.p. acima do peso do sector a nível nacional), do sector primário na região do Alentejo (13%, face a 4% na média nacional) e do sector terciário nas regiões do Algarve, Autónoma da Madeira e Lisboa e Vale do Tejo (respectivamente 79%, 78% e 69% face a 62% a nível nacional).

Entre 1993 e 1996, a região do Algarve e Autónoma da Madeira mantiveram ou intensificaram a sua terciarização, enquanto a região de Lisboa vê o sector terciário perder importância relativamente ao sector secundário, em consequência do maior desenvolvimento da produção industrial, nomeadamente no sector automóvel.

Especialização Produtiva

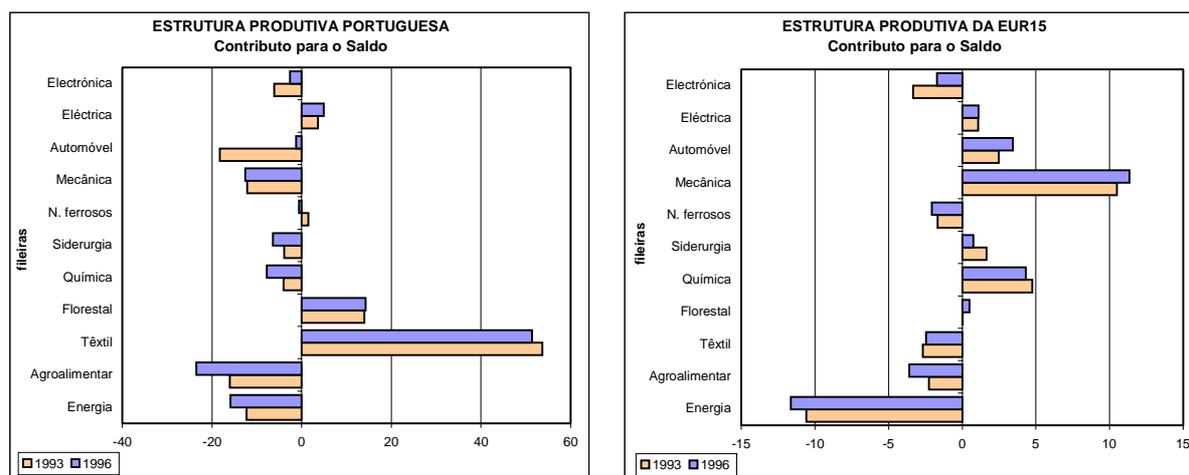
Da comparação entre as estruturas produtivas portuguesa e europeia, resulta evidente o carácter desequilibrado e excessivamente especializado da indústria portuguesa, enquanto no conjunto da UE apenas sobressai com maior expressão o contributo negativo da fileira eléctrica. No entanto, nos

⁸ Último ano para o qual se dispõe de informação comparativa.

últimos anos as alterações do tecido produtivo, em Portugal, resultaram num perfil um pouco mais equilibrado, com reforço da especialização na fileira eléctrica e o recuo das desvantagens no automóvel e na electrónica. Em contrapartida, tem-se acentuado significativamente a desvantagem do sector agroalimentar, que apresentou em 1996 a maior contribuição negativa para o saldo comercial.

Gráfico 6

Estrutura Produtiva



Fonte: Chelem

Produtividade e Remunerações por Sectores de Actividade

A análise da produtividade ao nível dos grandes sectores de actividade revela que o afastamento mais significativo face aos níveis médios europeus se verifica no sector primário, representando a produtividade média deste sector em Portugal, em 1995, apenas 43,7% da média comunitária, com um mínimo de 24,8% na Região Autónoma da Madeira e um máximo de 85% no Alentejo. O movimento de aproximação à média comunitária registado a nível geral do País, neste sector, entre 1993 e 1995 foi acompanhada de movimento idêntico em todas as regiões, à excepção da Região Autónoma da Madeira.

Também no que se refere ao sector secundário, todas as regiões do País acompanharam o movimento de convergência a nível nacional. Apesar desse movimento, a produtividade média nacional neste sector apenas representa 58,9% da média europeia em 1995, apresentando o Algarve e as Regiões Autónomas níveis médios de produtividade de cerca de 50% da média europeia.

A produtividade do sector terciário é a que mais se aproxima da média comunitária (73,5% em 1995) tendo subido no período analisado em todas as regiões do País. O nível médio mais baixo observa-se no Alentejo (62%) e o mais elevado em Lisboa e Vale do Tejo (78,6%).

As remunerações médias por grandes sectores económicos traduzem a sua posição relativa em termos de produtividade. Assim, constata-se que o sector terciário era o que apresentava as remunerações mais elevadas, enquanto no sector primário ocorriam as remunerações mais baixas. No entanto, o afastamento das remunerações médias nacionais relativamente à média comunitária

apresentava-se mais significativo no sector secundário, representando a remuneração média nacional apenas 44,6% da remuneração da EUR15 em 1995, valor idêntico ao de 1993. Nas regiões do Norte, Centro e Autónoma dos Açores verificou-se, neste período um pequeno movimento de convergência. O valor mais afastado da média comunitária registava-se na região Norte (apenas 37,7% dessa média em 1995).

É no sector terciário que se observa a maior aproximação às remunerações médias da Europa comunitária, tendo o grau de aproximação evoluído positivamente entre 1993 e 1995. Esta evolução positiva observou-se em todas as regiões, à excepção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, apresentando-se a região de Lisboa e Vale do Tejo como aquela onde, neste sector, se auferem remunerações mais próximas da média comunitária e a região do Algarve como aquela onde mais se distanciam.

Quadro 19

**Produtividade e Remunerações por Sectores, em ppc
(EUR15=100)**

	Indicadores de Convergência preços correntes, em ppc																	
	EUR15		Portugal		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		R.A.Açores		R.A.Madeira	
	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995	1993	1995
Produtividade (VAB/ pessoa empregada)	100	100	57,3	59,8	51,1	53,2	47,3	50,9	69,6	71,8	55,9	61,8	56,3	58,2	50,4	52,9	48,8	52,9
Sector Primário	100	100	39,1	43,7	24,6	27,8	32,6	37,0	59,4	70,9	72,9	85,1	62,0	64,5	64,8	68,3	27,0	24,8
Sector Secundário	100	100	58,1	58,9	51,8	51,5	52,6	55,3	70,0	71,0	86,2	101,4	51,3	50,3	47,3	49,1	51,0	50,4
Sector Terciário	100	100	70,7	73,5	67,8	74,4	64,7	68,0	76,6	78,6	60,0	62,0	68,4	70,6	64,6	66,9	62,2	71,8
Remunerações médias	100	100	61,8	63,1	53,2	54,7	57,0	59,0	71,7	73,0	60,7	63,2	57,1	58,0	63,0	62,5	67,6	65,4
Sector Primário	100	100	59,3	57,6	55,4	53,8	57,4	56,1	62,5	61,0	59,4	57,7	59,8	58,8	66,0	64,6	66,1	64,1
Sector Secundário	100	100	44,6	44,6	37,2	37,7	42,6	43,6	57,2	56,5	55,5	54,5	44,0	42,5	41,4	42,0	46,9	42,3
Sector Terciário	100	100	74,0	76,7	70,0	73,2	68,5	72,2	79,0	81,6	70,2	72,7	64,6	66,5	75,0	74,0	76,8	76,3

Fonte: DPP, INE, EUROSTAT

Estrutura do Emprego

A estrutura sectorial do emprego revela que o emprego no sector primário tem um peso muito superior em Portugal face à média da UE (13% em 1997 contra 5% na EUR15), o mesmo acontecendo nas suas várias regiões, em especial na região Centro (32,1%). De 1993 para 1997 o peso do sector agrícola aumentou em Portugal e na generalidade das regiões, à excepção do Norte onde estabilizou e das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira onde se reduziu.

O peso do emprego no sector secundário é semelhante ao nível médio da UE (30,5% em Portugal e 29,5% na UE em 1997), tendo-se verificado uma aproximação entre 1993 e 1997 nas várias regiões, à excepção da Autónoma dos Açores. Contudo, as Regiões do Norte e do Algarve afastam-se claramente dos valores comunitários (+10,5 e -9,9 p.p. em 1997).

O peso do emprego no sector terciário é, em Portugal, bastante inferior ao registado na média da UE (52,4% contra 65,6% em 1997), muito embora em duas regiões do País (Lisboa e Vale do Tejo e Algarve) atinja valores superiores (respectivamente 70,7% e 67,9%). Na evolução entre 1993 e 1997

salienta-se o reforço da terciarização do emprego na UE, enquanto em Portugal (Regiões Centro, Alentejo e Algarve) se reduziu o peso do emprego no sector terciário.

Quadro 20
Emprego por Sectores

	UE15		Portugal		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		R.A.Açores		R.A.Madeira	
	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997
Primário	5,7	5,0	10,8	13,0	12,3	12,3	24,0	32,1	3,5	3,7	14,2	15,0	10,1	12,5	18,6	16,0	14,7	12,5
Secundário	31,7	29,5	31,4	30,2	42,0	40,0	32,4	30,4	26,2	25,6	24,1	24,2	18,4	19,6	25,0	21,9	33,5	28,2
Terciário	62,6	65,6	53,2	52,4	45,7	47,7	43,6	37,5	70,2	70,7	61,7	60,7	71,4	67,9	56,3	62,1	51,8	59,5

Fonte: DPP, INE, EUROSTAT

4.3 Estrutura da Procura e da Poupança

Estrutura da Procura

A estrutura da utilização do produto, em 1994-96 revela um peso do consumo privado, ligeiramente mais significativo em Portugal (64,9% contra 62,2% na UE) e sobretudo uma diferença expressiva em termos de taxa de investimento (23,7% contra 18,6% na UE). O facto de Portugal ser uma economia bastante aberta mas com uma posição competitiva desfavorável está essencialmente patente na maior importância assumida pelas importações (37,5% em Portugal e 27,1% na UE), já que a representatividade das exportações é semelhante.

Quadro 21
Estruturas de Procura
1994-1996

	UE15	Portugal
Consumo privado	62,2	64,9
Consumo colectivo	17,0	17,8
FBCF	18,6	23,7
	(100)	(100)
Construção ⁽ⁱ⁾	(56,5)	(48,1)
Bens de equipamento ⁽ⁱ⁾	(40,8)	(47,3)
Outros produtos ⁽ⁱ⁾	(2,8)	(4,6)
Variação de stocks	0,4	0,4
Exportações	29,0	30,1
Importações	27,1	37,5

(i) Refere-se a 1994-1995

Fonte: EUROSTAT

Portugal é, a par da Áustria, um dos países europeus que vem apresentando uma das mais elevadas taxas de investimento, superior à da generalidade dos outros Estados-membros e à média do conjunto da Europa dos 15. Este maior dinamismo do investimento em Portugal está associado não

só ao atraso estrutural do País em matéria de infra-estruturas e equipamentos colectivos, que tem justificado um esforço financeiro significativo, por forma a dotar o território e as suas populações dos meios indispensáveis ao desenvolvimento económico e social, mas também, ao processo de reestruturação do tecido produtivo que se vem processando na última década.

Se se analisar a distribuição por produtos de FBCF, conclui-se que, em Portugal, a maior parcela do investimento, no período 1994-95 se dirigiu à Construção (48,1%), ficando, no entanto, significativamente aquém da representatividade deste segmento na Europa dos 15 (56,5%). Em contrapartida o peso do investimento em equipamento assume maior expressão em Portugal (47,3%) do que na média da União (40,8%) e do que nos outros países da coesão (46% na Grécia, 34,6% na Irlanda, 29,1% em Espanha).

A estrutura do investimento nacional em construção, diferindo substancialmente da dos outros países europeus, ilustra bem a natureza dos investimentos que se têm vindo a realizar. De facto, enquanto no conjunto dos países europeus as obras de Renovação e Modernização absorvem a maior parcela, em Portugal prevalecem os investimentos de “expansão de capacidade”. O peso do segmento de engenharia civil em Portugal é bastante superior ao de Espanha (30%) e de Irlanda (17%). O dinamismo do segmento habitacional em Portugal levando-o a apresentar um peso mais elevado que no conjunto dos 13 países da União pertencentes ao Euroconstruct, embora inferior por exemplo ao que detêm em Espanha e Irlanda (32%), está em grande parte relacionado com a crescente procura de habitação nova, em resultado da descida das taxas de juro e das importantes disfunções que ainda caracterizam o mercado de arrendamento, as quais influenciam também a reduzida importância que as obras de renovação e modernização assumem em Portugal.

Quadro 22

**Estrutura dos Produtos da Construção
1994-1997**

	Preços de 1997	
	UE13	Portugal
Edifícios Residenciais	24,9	30,3
Edifícios não Residenciais	19,5	28,2
Engenharia Civil	20,8	37,3
Renovação e Modernização	34,7	4,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Euroconstruct

Estrutura da Poupança

A estrutura da poupança em Portugal e na UE apresenta-se bastante diferenciada, especialmente no que se refere ao peso da poupança interna no financiamento do investimento (acima de 100% na UE face a apenas 78,5% em Portugal, na média do período 1996-98). Esse desnível resulta quer do peso da poupança dos particulares (28,8% em Portugal e 42,1% na UE), quer das sociedades (46,9% em Portugal e 59,7% na EUR15). Em contrapartida, Portugal está a utilizar uma parcela significativa de

poupança externa para financiar o seu investimento (21,5% neste período), enquanto a UE disponibiliza uma fatia de recursos, embora não muito elevada, para financiar o exterior.

A taxa de poupança dos particulares, apresenta-se mais reduzida no País face à média comunitária (10,6% em 1997 face a 12% na UE), embora essa diferença não se revista, por enquanto, de uma dimensão substancial.

Quadro 23
Estrutura da Poupança
1996-1998

	(%)	
	UE	Portugal
Poupança Interna	101,9	78,5
Poupança Privado	101,8	75,7
Particulares	42,1	28,8
Sociedades	59,7	46,9
Poupança Sector Público Administrativo	0,1	2,8
Poupança Externa	-1,9	21,5
Por memória:		
Taxa de Poupança dos Particulares (1997) ⁽ⁱ⁾	12,0	10,6

Fonte: EUROSTAT, Comissão Europeia, INE, DPP

(i) Poupança dos particulares calculada em relação ao rendimento disponível.

5. CONDIÇÕES DE VIDA

Consumo

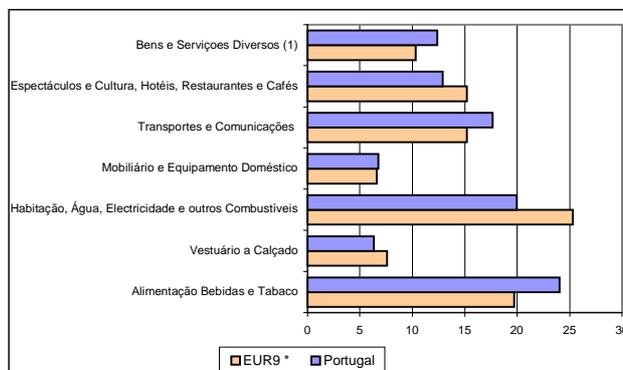
O nível de vida das famílias portuguesas tem vindo a registar uma melhoria significativa, traduzida na convergência do nível de consumo per capita em relação à média comunitária, bem como na aproximação aos padrões médios da comunidade europeia.

No entanto, subsistem ainda diferenças importantes no que se refere à estrutura das despesas de consumo. Assim, em 1994/95, as famílias portuguesas despendem a maior parcela dos seus orçamentos familiares com "Alimentação, Bebidas e Tabaco" (24,1%), valor bastante acima da média da EUR9⁹ (19,7%), enquanto que as despesas com "Habitação, Água e Electricidade" se apresentam 5,4 pontos percentuais aquém das da média dos países considerados (19,9%, em Portugal, face a 25,3% na média da EUR9).

⁹ Média ponderada dos seguintes nove países da UE: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Finlândia. Valores disponibilizados pelo Eurostat, relativos ao apuramento dos resultados dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares de 1994, para a EUR9 e Portugal.

Gráfico 7

Estrutura das Despesas de Consumo das Famílias



Fonte: DPP; EUROSTAT

(1) Inclui Despesas com Saúde, Educação e Outros Bens e Serviços

* Média ponderada para 9 países da UE: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Finlândia

Relativamente às outras classes de despesa as discrepâncias são menos relevantes. Destacam-se as despesas das famílias portuguesas com "Transportes e Comunicações" que representam 17,7% da despesa total, face a 15,2% na médias da EUR9 e as despesas com "Espectáculos e Cultura, Restaurantes Cafés e Hotéis" que, pelo contrário, ficaram ainda abaixo da média da EUR9 (12,9%, em Portugal, que compara com 15,2% na média do conjunto de países considerados).

No que se refere à estrutura regional das despesas médias de consumo das famílias portuguesas¹⁰, pode concluir-se que algumas regiões do País apresentam uma estrutura do consumo que difere substancialmente da média nacional, situação aliás fortemente correlacionada com o nível de rendimento. Em todas as regiões do Continente as famílias despendem a maior parcela do seu orçamento com "Alimentação, Bebidas e Tabaco", com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, regiões com mais elevado PIB per capita. Nestas duas regiões as despesas com "Habituação, Aquecimento e Iluminação" constituem a maior parcela de despesa nos orçamentos familiares, verificando-se uma aproximação da estrutura de despesa de consumo média europeia.

Distribuição do Rendimento e Pobreza

Embora o nível de vida em Portugal tenha vindo a registar uma melhoria, a distribuição dos rendimentos, na primeira metade da década de 1990, caracterizou-se por um aumento da desigualdade (facto evidenciado em todas as regiões do País, excepto Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), contrastando com a ligeira atenuação registada na década de 80.

Segundo valores disponibilizados pelo Eurostat, relativos aos Estados-membros da UE¹¹, Portugal apresentava, em 1994, o maior grau de desigualdade na repartição do rendimentos, situando-se a Grécia na segunda posição mais desfavorável, embora muito perto da portuguesa. O rendimento dos agregados situados nos escalões de rendimento mais elevado (9º e 10º decis) era, em Portugal, 7,33

¹⁰ Resultados dos IOF 1994/95

¹¹ Excluindo Finlândia e Suécia.

vezes superior ao rendimento dos agregados situados nos decis inferiores. A mesma relação entre os decis extremos era de 7,17 na Grécia, face a 3,7 na Dinamarca (país onde aquela relação era mais baixa) e 6,83 em Espanha.

Quadro 24
Rendimento Monetário Líquido
1994

	Bel	Din	Ale	Gre	Esp	Fra	Ire	Ita	Lux	Hol	Aus	Por	RU
Decis 1 e 2	8	10	8	6	6	8	7	7	8	8	8	6	7
Decis 9 e 10	38	34	38	43	41	39	43	38	39	41	38	44	42
Rácio: (9+10)/(1+2)	4,75	3,70	4,75	7,17	6,83	4,87	6,14	5,43	4,87	5,12	4,75	7,33	6,00
Coeficiente de Gini	0,31	0,23	0,32	0,36	0,36	0,33	0,39	0,34	0,33	0,37	0,32	0,38	0,35

Fonte: EUROSTAT.

A grande assimetria na distribuição dos rendimentos em Portugal é um dos factores explicativos das situações de pobreza, dada a forma de repartição dos rendimentos primários e os baixos níveis das pensões, principal fonte de rendimento dos agregados situados nos escalões mais baixos da distribuição dos rendimentos.

Quadro 25
Taxas de Pobreza
1994

	Bel	Din	Ale	Gre	Esp	Fra	Ire	Ita	Lux	Hol	Aus	Por	RU
Agregados (%)	12	8	15	23	20	18	25	15	14	13	15	26	23
Indivíduos (%)	16	6	16	21	21	17	26	18	15	16	16	24	24

Fonte: Dados fornecidos pelo EUROSTAT.

Face aos restantes países da União Europeia, Portugal apresentava, de facto, a mais elevada taxa de pobreza¹² referente aos agregados domésticos, bastante acima da Dinamarca, e próximo da Grécia, do Reino Unido e de Espanha.

Em 1994, a linha de pobreza para Portugal¹³, era de 44 381\$00, o valor mais baixo da UE, em paridades de poder de compra (324 ppc, contra 391ppc no caso da Grécia e 952 ppc no caso do Luxemburgo). Por sua vez, a taxa de pobreza era de 26% para os agregados domésticos e de 24% para os indivíduos, podendo inferir-se não ser a dimensão da família¹⁴ factor explicativo da situação de pobreza, mas sim a escassez de recursos, característica aliás comum à média da UE.

¹² Definida como a percentagem de agregados domésticos/indivíduos dispendo de um "rendimento mensal médio equivalente" inferior à linha de pobreza.

¹³ Definida em 50% do "rendimento mensal médio equivalente".

¹⁴ Em Portugal, a dimensão média das famílias em situação de pobreza é de dois elementos.

De facto, uma análise da composição dos pobres, por tipo de agregado, permite concluir por uma maior incidência da pobreza, em Portugal, nos casais sem filhos, seguindo-se as "pessoas com 65 anos ou mais". Na média da UE, esta última característica assume primordial importância, secundada pela tipologias de agregado "casal sem filhos".

Cultura

Procurando analisar alguns indicadores disponíveis respeitantes a aspectos culturais constata-se que no que se refere a bibliotecas existentes por 100000 habitantes (16,3 em 1995) a situação de Portugal não é particularmente desvantajosa a nível comunitário, ultrapassando mesmo alguns Estados-membros. Já no que respeita a museus e número de visitantes, bem como espectáculos de música, dança, ópera e teatro e número de espectadores, os rácios nacionais são excessivamente modestos quando comparados com os valores de alguns países comunitários. Nos domínios culturais referidos as disparidades regionais são muito acentuadas.

Quadro 26
Indicadores de Cultura

	Bibliotecas	Museus	Teatro	Música, Dança, Ópera
	Por 100.000 Habitantes	Milhares de Visitantes por 100.000 Habitantes	Milhares de Espectadores por 100.000 Habitantes	
Áustria	27,5	281,0	54,0	n.d.
Bélgica	5,9	68,9	17,0	n.d.
Espanha	16,7	72,6	n.d.	n.d.
França	n.d.	104,3	9,0	n.d.
Grécia	6,9	n.d.	6,0	7,0
Irlanda	9,9	n.d.	n.d.	n.d.
Holanda	11,8	150,9	20,0	73
Itália	n.d.	82,1	n.d.	23,0
Média ⁽ⁱ⁾	13,1	126,6	21,2	34,3
Portugal ⁽ⁱⁱ⁾	16,3	87,4	3,2	3,7

(i) Média do conjunto dos países com valores acima considerados

(ii) Valores referentes a 1995

Fonte: PNDES 2000-2006 - Relatórios Sectoriais

No que diz respeito a outros aspectos com maior acessibilidade, nomeadamente assistência a espectáculos de cinema e edição de publicações periódicas as assimetrias regionais aparecem mais esbatidas, embora a região de Lisboa e Vale do Tejo se apresente sempre com os rácios mais elevados.

Saúde

As taxas de mortalidade geral e infantil têm vindo a baixar em todos os países da UE. Em Portugal, embora este movimento assuma especial destaque no que diz respeito à mortalidade infantil, os valores são superiores à média da UE. A nível regional, o valor mais elevado da taxa de mortalidade

geral ocorre na região do Alentejo (4,7 p.p. acima da UE, em 1997) onde predomina uma população envelhecida e os valores mais baixos nas regiões de população jovem (Norte e Região Autónoma da Madeira). Quanto à taxa de mortalidade infantil, ela apresenta um valor superior à média da UE (5.3% em 1997) com destaque para a Região Autónoma dos Açores e a Região Norte, com valores de respectivamente 10,6 e 7,1%.

A esperança de vida é em Portugal inferior à da UE, tanto nos homens (-2,7 anos) como nas mulheres (-1,8 anos). De salientar que os valores mais baixos se localizam nas Regiões Autónomas.

Quanto aos recursos humanos e físicos afectos à função saúde, pode dizer-se que as médias nacionais por 1000 habitantes ficam aquém das registados na maioria dos parceiros comunitários. Para além deste aspecto, existem grandes assimetrias regionais, como é o caso da distribuição dos médicos, com a região de Lisboa e Vale do Tejo a apresentar um valor semelhante ao da UE e a região do Alentejo a ficar dois pontos percentuais abaixo da média de sete países da UE, em 1997. No que se refere à disponibilidade de camas, o seu nível é inferior ao da UE em todas as regiões do País, à excepção da Autónoma dos Açores e da Madeira, com particular destaque para as regiões do Alentejo e Algarve.

Quadro 27
Indicadores de Saúde

	UE 15		Portugal		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		R.A.Açores		R.A.Madeira	
	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997	1993	1997
Taxa de Mortalidade (‰)	10,2	9,9 ^(a)	10,7	10,5	9,1	8,9	12,2	12,0	10,6	10,7	14,6	14,6	12,8	13,0	12,1	11,6	10,8	9,9
Taxa de Mort. Infantil (‰)	6,5	5,3 ^(a)	8,7	6,4	9,1	7,1	8,0	5,6	7,9	5,8	8,5	5,2	6,4	6,0	10,8	10,6	14,1	6,7
Esperança de vida (anos)																		
- homens	73,4	74,1 ^(b)	70,8	71,4	70,9	71,9	71,5	72,4	70,5	70,7	71,6	71,3	70,8	71,0	67,6	68,3	66,8	68,5
- mulheres	80,0	80,5 ^(b)	78,0	78,7	77,7	78,6	78,6	79,2	78,2	78,6	78,4	78,8	78,6	78,9	75,5	76,1	76,1	76,9
Médicos/1000 Hab. ^(c)	2,9	3,7 ^(d)	3,0	3,0	2,5	2,5	2,8	2,6	4,0	3,8	1,2	1,7	2,0	2,3	1,3	1,8	1,5	2,5
Camas/1000 Hab. ^(c)	8,0	7,0 ^(e)	4,0	4,0	4,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	4,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0

(a) Estimativa EUROSTAT

(b) 1996

(c) Os valores apresentados na coluna de 1997 referem-se a 1996

(d) Média de sete países da UE ponderada pela população residente

(e) Média de oito países da UE ponderada pela população residente

Fonte: OCDE; EUROSTAT; INE

O peso das despesas em saúde no PIB era em Portugal, em 1997, (8,2%) ligeiramente inferior à média da UE, embora tenha apresentado entre 1990 e 1997 um crescimento significativo. Nessa evolução assumiu particular relevo o aumento do peso da despesa privada, o qual desde o início da década de 90 era superior em Portugal (3,3% face a 1,9% na UE em 1997). Muito embora a despesa em saúde per capita seja menor em Portugal (1071 em ppc face a 1738 na UE em 1997), a despesa per capita com medicamentos é mais elevada (282 ppc, contra 270 na UE).

Quadro 28
Despesas de Saúde

	UE		Portugal	
	1990	1997	1990	1997
Em % do PIB				
Total	7,8	8,6	6,5	8,2
- pública	6	6,6	4,3	4,9
- privada	1,7	1,9	2,2	3,3
Com medicamentos	n.d.	1,3*	n.d.	2,2*
Per capita (em US\$) ^{(i)*}				
Total	n.d.	1738	n.d.	1071
Com medicamentos	n.d.	270	n.d.	282

Os valores referentes à UE foram ponderados pelos valores do PIB em ppc

*1996

(i) Baseada em paridades de poder de compra

Fonte: OCDE

Segurança Social

O peso das despesas de protecção social no PIB era em Portugal, em 1996, significativamente mais baixo que a média da UE (21,6%, contra 28,7%), afastando-se também significativamente dos valores atingidos em alguns países, nomeadamente na Suécia (34,8%), Dinamarca (33,6%) e Finlândia (32,1%) que registam os valores mais elevados. De salientar que entre 1993 e 1996 o peso destas despesas no PIB desceu na maior parte dos países comunitários, tendo em Portugal apresentado um ligeiro acréscimo (representava 21% em 1993). Em termos de capitação por habitante, a despesa de protecção social, em ppc, em Portugal representava, em 1996, 49,5 % da despesa per capita europeia, sendo, como na Grécia, dos valores mais baixos da UE.

A estrutura das despesas por funções mostra um peso relativamente mais elevado em Portugal (32,8% em 1995) do que na EUR 15 (27,3%) no que respeita às despesas com saúde – subsídios de doença – (32,8%, face a 27,3% na UE) e ligeiramente mais modesto que a média comunitária no relativo a prestações à família e de desemprego.

Também o peso das receitas de protecção social no PIB representa em Portugal valores mais reduzidos do que o nível médio europeu (22,7% em Portugal, face a 29,7% na EUR15 em 1996).

Em termos de financiamento da protecção social (incluindo todos os regimes existentes, mesmo o do sector público) apesar da dificuldade de comparações internacionais devido à existência de situações muito diversas, destaca-se que em Portugal o peso das quotizações é inferior ao nível médio europeu. Já o peso da contribuição pública apresenta-se mais expressivo do que no conjunto da UE. A tendência evolutiva entre 1993 e 1995 foi no sentido de um ligeiro reforço do peso das quotizações na generalidade dos países comunitários, ao contrário do observado em Portugal, e de uma perda de importância das contribuições públicas na Europa, a par de um ligeiro aumento em Portugal.

Quadro 29
 Indicadores de Segurança Social

	UE15		Portugal	
	1993	1996	1993	1996
Despesas Protecção Social				
Em % do PIB	29,0	28,7	21,0	21,6
Per capita (em PPC)	4 515	5 12	2 085	2 533
Estrutura Prestações Sociais	1993	1995	1993	1995
Doença	27,3	27,0	33,8	33
Velhice	38,2	39,2	33,4	36,0
Família	7,8	8,0	6,1	5,6
Desemprego	9,6	8,4	5,1	5,8
Receitas Protecção Social	1993	1995	1993	1995
Em % do PIB	30,0	29,7	20,5	22,7
Quotizações sociais em % das receitas	61,7	62,9	47,7	42,8
Contribuições públicas em % das receitas	32,9	31,9	38,9	42,2

Fonte: EUROSTAT